

Juan Pablo Moraes Morillas
Fábio Pacheco da Silva
Ailton Luiz dos Santos
Dilson Castro Pereira
José Ivan Veras do Nascimento

O Programa Pelotão Mirim da PMAM no Município de Lábrea-AM:

um instrumento de prevenção social e de
promoção do exercício da cidadania para
crianças e adolescentes



AYA EDITORA
2023

**Juan Pablo Moraes Morillas
Fábio Pacheco da Silva
Ailton Luiz dos Santos
Dilson Castro Pereira
José Ivan Veras do Nascimento**

O Programa Pelotão Mirim da PMAM no município de Lábrea-AM: um instrumento de prevenção social e de promoção do exercício da cidadania para crianças e adolescentes

**Ponta Grossa
2023**

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autores

Juan Pablo Moraes Morillas
Fábio Pacheco da Silva
Ailton Luiz dos Santos
Dilson Castro Pereira
José Ivan Veras do Nascimento

Capa

AYA Editora©

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chiroli
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.^a Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.^o Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.^o Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná

Prof.^o Dr. Milson dos Santos Barbosa
Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.^o Dr. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.^a Dr.^a Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família

Prof.^o Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^o Dr. Rafael da Silva Fernandes
Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.^a Dr.^a Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^o Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre

Prof.^a Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.^o Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família

Prof.^o Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí

Prof.^a Dr.^a Silvia Aparecida Medeiros
Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.^a Dr.^a Silvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.^a Dr.^a Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detêm total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

M857 Morillas, Juan Pablo Moraes

O Programa Pelotão Mirim da PMAM no município de Lábrea-AM: um instrumento de prevenção social e de promoção do exercício da cidadania para crianças e adolescentes [recurso eletrônico]. / Juan Pablo Moraes Morillas...[et al.]. -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 59p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-412-2

DOI: 10.47573/aya.5379.1.216

1. Polícia militar. 2. Policiais militares – Amazonas. 3. Segurança pública - Amazonas . 4. Cidadania. 5. Integração social. I. Silva, Fábio Pacheco da. II. Santos, Ailton Luiz dos. III. Pereira, Dilson Castro. IV Nascimento, José Ivan Veras do. V. Título

CDD: 353.36098113

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

PREFÁCIO

Como Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Amazonas e criador do Programa Pelotão Mirim da 1ª Companhia Independente de Polícia Militar do Município de Parintins/AM, é com grande satisfação que escrevo o prefácio desta obra notável. Este livro não apenas documenta, mas também analisa de forma crítica e abrangente, os resultados do Programa Pelotão Mirim (PROPM) em Lábrea, uma iniciativa que se alinha com os princípios e objetivos que nortearam a criação do programa em Parintins.

Com minha experiência em ensino e direito, especialmente na área de segurança pública, reconheço a importância fundamental de programas como o PROPM. Eles representam mais do que estratégias de prevenção ao crime; são ferramentas vitais para a construção de uma sociedade mais informada, responsável e participativa. Este livro captura essa essência de maneira exemplar, destacando o papel crucial da educação e da formação cívica na promoção de uma cidadania ativa entre crianças e adolescentes.

As análises quantitativas e qualitativas apresentadas aqui fornecem uma visão clara dos impactos positivos do PROPM, tanto para os indivíduos diretamente envolvidos quanto para a comunidade como um todo. Os resultados positivos na mudança de comportamento da tropa da 4ª CIPM e na melhoria das relações com a comunidade são evidências palpáveis do poder transformador de iniciativas educativas bem-estruturadas na esfera da segurança pública.

A leitura deste livro é, portanto, essencial para todos os profissionais da área de segurança, educação e para qualquer pessoa interessada na promoção do bem-estar social e na construção de uma comunidade mais segura e inclusiva. Além disso, as recomendações para a expansão do PROPM como modelo padrão para outras unidades da PMAM são sugestões bem-vindas e necessárias, alinhadas com a visão de que a educação e a integração comunitária são elementos-chave na prevenção da criminalidade.

Encorajo a todos que buscam compreender a complexidade e a importância de iniciativas como o PROPM a se aprofundarem nesta leitura. Este livro não apenas celebra os sucessos do programa, mas também serve como um guia valioso para futuras ações e estratégias no campo da segurança pública e educação cívica.

Fábio Pacheco da Silva

Criador do Programa Pelotão Mirim da 1ª Companhia Independente de Polícia Militar do Município de Parintins/AM

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	9
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
A missão da Polícia Militar também é educar ...	11
Métodos educacionais e pressupostos conceituais	13
Socialização	14
Desenvolvimento social	15
Exercício da cidadania.....	16
Formação psicossocial	19
Mudança de atitudes, resistências e credibilidade do policial na corporação	20
A filosofia da educação e a explicação do “porque não querer mudar”	21
Construção do PROPM com as bases conceituais	22
ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA	24
Resultado das entrevistas e análise dos dados...	25
Entrevistas e Questionários	25
Interpretação e Análise dos resultados	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50
SOBRE OS AUTORES	53
ÍNDICE REMISSIVO	55

APRESENTAÇÃO

É com imenso prazer e senso de responsabilidade que apresento esta obra crucial sobre o Programa Pelotão Mirim (PROPM) da Polícia Militar em Lábrea, município do interior do estado do Amazonas. Como alguém profundamente envolvido na área de Segurança Pública reconheço a importância de iniciativas como o PROPM, que buscam não apenas a prevenção do crime, mas a construção de uma sociedade mais justa e integrada.

Este livro, fundamentado em uma pesquisa metódica realizada em 2013, oferece uma perspectiva abrangente dos impactos significativos do PROPM. Ele destaca como tais programas podem redefinir as relações entre a polícia e a comunidade, indo além do paradigma tradicional de segurança para abraçar um papel mais educativo e integrativo. As mudanças comportamentais positivas na tropa da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (4ª CIPM) são testemunhos do poder transformador de programas bem-conduzidos e bem-intencionados.

Como Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Amazonas, testemunhei de perto os desafios e as oportunidades no campo da segurança pública. A educação e a formação cívica dos jovens são aspectos que considero vitais na prevenção da delinquência juvenil e na promoção de uma cidadania responsável. Este livro não apenas discute estes aspectos cruciais, mas também proporciona uma análise detalhada e propostas de ações futuras.

A expansão do PROPM como um modelo padrão para outras unidades da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), como sugerido nesta obra, é uma ideia que apoio fortemente. Esta iniciativa alinha-se com minha visão e experiência, enfatizando a necessidade de parcerias, planejamento orçamentário eficiente e estratégias de prevenção focadas na educação.

Concluo afirmando que este livro é uma leitura essencial para todos os envolvidos na segurança pública, educação, e para aqueles interessados no bem-estar social. Ele oferece *insights* valiosos e direções práticas que podem transformar o cenário da segurança pública e da educação cívica no Amazonas e além.

Juan Pablo Moraes Morillas

*Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Amazonas*

INTRODUÇÃO

Este estudo metuculoso e abrangente foi fundamentado em dados criteriosamente encontrados durante uma pesquisa conduzida em 2013, no município de Lábrea, Estado do Amazonas. O escopo primordial deste trabalho é evidenciar, com robustez técnica e científica, os resultados positivos e a eficácia da implementação de programas sociais como o Programa Pelotão Mirim (PROPM) da Polícia Militar, realizado neste município nos anos de 2011 e 2012. A pesquisa visou não apenas destacar os benefícios tangíveis do PROPM, mas também reúnem evidências concretas para fundamentar a sua adoção como um modelo paradigmático pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM) em outras localidades do estado. Esta iniciativa representa uma estratégia inovadora, permitindo à própria corporação fomentar a integração social e iniciar o processo de cidadania, com o objetivo final de reduzir significativamente a incidência de atos delicados para crianças e adolescentes.

Além disso, este estudo abrange uma análise detalhada tanto dos aspectos quantitativos quanto dos qualitativos gerados pelo programa, impactando a comunidade e a própria tropa. Estes aspectos foram cruciais para catalisar uma mudança comportamental no grupo social em foco neste estudo científico: a tropa da 4ª CIPM, pais, responsáveis, tutores, curadores e alunos. O mérito desta transformação deve ser concedido ao engajamento coletivo do povo de Lábrea, incluindo voluntários da Polícia Militar, cidadãos anônimos, instituições, empresários locais, Ministério Público Estadual, e os poderes Judiciário Estadual e Executivo Municipal, reconhecendo a sinergia criada por meio de parcerias, cooperação e iniciativas populares.

O trabalho está estruturado em duas partes essenciais:

Na primeira parte está a Fundamentação Teórica, onde são expostos os alicerces científicos do programa, elucidando princípios e conceitos fundamentais que são peças-chave do tema, estabelecendo-os como viáveis. Será o palco para desvendar os públicos apresentados e realçar conceitos relacionados à infância e adolescência, socialização, exercício da cidadania, educação humanística e formação psicossocial.

Na segunda parte serão apresentados os resultados da pesquisa, aqui serão

listados os resultados concretos da pesquisa de 2013, com base na coleta de dados de campo e na análise realizada por meio de gráficos estatísticos e entrevistas.

Finalizaremos com considerações conclusivas, oferecendo sugestões e propostas para que outras Unidades da PMAM possam incorporar esta filosofia de trabalho, replicando a experiência bem-sucedida do PROPM da 4ª CIPM de Lábrea/AM. Este modelo representa uma abordagem eficaz de prevenção social, estreitando os laços entre a força pública e a comunidade e protegendo crianças e adolescentes através de processos educativos para garantir-lhes a socialização adequada e o exercício pleno da cidadania.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No cerne da Fundação Teórica deste trabalho, reside a compreensão de que as ações da Polícia Militar transcendem a mera manutenção da ordem pública, abraçando um papel vital na educação e socialização de jovens. Essa perspectiva é fundamentada na interseção de diversas disciplinas, incluindo sociologia, psicologia, filosofia e direito. O Programa Pelotão Mirim (PROPM), implementado pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), é um exemplo emblemático dessa abordagem multifacetada. Através deste programa, a PMAM não apenas cumpre seu mandato constitucional de segurança, mas também se posiciona como um agente transformador na vida de crianças e adolescentes. O programa baseia-se no princípio de que a prevenção de delitos e a promoção da cidadania começa pela educação e pelo desenvolvimento de uma consciência social e ética nos jovens. A teoria do desenvolvimento social de Vygotsky, que enfatiza a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo, oferece uma base teórica sólida para essas iniciativas. Além disso, a adoção de práticas educativas e métodos de socialização pela PMAM representa uma estratégia inovadora e proativa para prevenir comportamentos delinquentes e promover um senso de responsabilidade cívica entre a juventude, reforçando o papel da polícia como uma força positiva e construtiva na comunidade.

A missão da Polícia Militar também é educar

Situações atuais de violência são caracterizadas por um desprezo sistemático e pelos princípios fundamentais de humanidade. O direito à vida, liberdade e segurança da população civil é frequentemente desrespeitado, fazendo com que, conseqüentemente, muitas vítimas necessitem de proteção e assistência. A PMAM, guardiã da sociedade, na última década tem se aprofundado em alcançar um padrão institucional humanístico e educativo.

Dantas (2004, p. 08), comenta sobre a estrutura da polícia americana, destacando a figura do policial educador, *ipsis verbis*: “No sistema de segurança pública estadual existem as seguintes funções (constituindo carreiras próprias): (i) policial estadual, (ii) policial rodoviário, (iii) policial escolar(grifo do autor) restrito às instituições de ensino superior, (iv)

policial ambiental e (v) policial de parques.” Neste diapasão é importante mencionar que no caso do Brasil, em especial no Estado do Amazonas, tudo leva a crer que para se implantar uma ação policial com base nos princípios legais e métodos educacionais, não se pode desprezar jamais as ações pautadas nas teorias e conceitos da sociologia, filosofia, psicologia, educação e do direito.

Kacilene (2004, p.5)¹ em sua conclusão sobre o Construtivismo em Vygotsky, comenta:

Apesar dos autores serem de complexa interpretação, percebe-se que à medida que o educador vai tecendo sua prática, ele também vai refletindo e aplicando essas teorias que são valiosas para resolverem diversos males que afligem o contexto educacional. Nesse meio, é possível utilizar as discussões mencionadas na concepção interacionista e construtivista dos autores e colocar-se como condutor dessa interação do aluno com o meio e fazer desse meio um ambiente de estímulo para que o sujeito desenvolva os seus aspectos cognitivos.

Neste contexto, no ano de 2011, o comando da 4ª CIPM verificou que em Lábrea, havia a necessidade de uma formação policial militar dentro dos padrões e exigências adequadas para que um trabalho socioeducativo de crianças e adolescentes fosse realizado naquele município. Vários fatores demonstravam que não bastava a vontade institucional ou particular para agir, mas um amadurecimento técnico de profissionais, com bases voltadas à legalidade e a processos pedagógicos, psicossociais e humanísticos. Medidas como a especialização de policiais militares deveriam ser adotadas para que tamanha lacuna pudesse ser preenchida, favorecendo o emprego tático e técnico da PMAM.

A partir daí a 4ª CIPM passou a investir na instrução e capacitação dos policiais militares lotados em Lábrea, que começaram a atuar de duas formas: dentro e fora do quartel. De um lado um crescente número de crianças e adolescentes sendo orientados no interior do quartel da 4ª CIPM pelo corpo de instrutores policiais militares e, de outro, o efetivo do policiamento ostensivo ordinário realizando o policiamento voltado para a filosofia de Polícia Comunitária, mobilizando aproximadamente 1.200 crianças e adolescentes, no período de quatro meses, na faixa etária de 07 a 17 anos.

¹ KACILENE, Kátia C. Amaral. *Construtivismo em Vygotsky*. Disponível em: <<http://www.comp.ufla.br/~kacilene/educaçao/vygostyky.html>>. Acesso em: 18/09/2023.

Métodos educacionais e pressupostos conceituais

A importância primordial da educação na transformação da realidade de crianças e adolescentes é amplamente específica e articulada por Vieira (2004, p. 243), que afirmativamente declara: “Somente há uma maneira, um caminho, uma alternativa para reverter o quadro da infância e da juventude brasileira: investir na educação, direito de todos, dever prioritário do Estado e da família nos termos do Pergaminho Fundamental”. Esta afirmação encapsula a essência da nossa abordagem pedagógica, a qual considera a educação como o alicerce para o desenvolvimento integral dos jovens.

Inspirando-se em modelos internacionais exemplares, como o Japão, que aloca 40% de seu orçamento na educação, Vieira sugere que o Brasil deveria ampliar significativamente os investimentos em áreas fundamentais para o crescimento e bem-estar dos menores, como saúde, cultura, esportes e lazer. Esta recomendação alinha-se com a perspectiva de que a educação vai além do âmbito acadêmico, abarcando um espectro mais amplo de desenvolvimento humano, onde aspectos culturais, físicos e sociais desempenham papéis igualmente cruciais.

Esta abordagem nos leva a uma reflexão sobre a necessidade de estratégias educacionais holísticas, que não apenas transmitem conhecimento, mas também promovem habilidades de vida, bem-estar emocional e cívico, além de consciência social. A integração desses elementos nos métodos educacionais é essencial para formar indivíduos capacitados, conscientes de seus direitos e deveres, e aptos a contribuir positivamente para a sociedade.

Ao considerar a implementação de programas educativos como o PROPm da PMAM, é imprescindível que sejam desenhados levando em conta essas suposições conceituais. Deve-se buscar a criação de um ambiente educacional que seja inclusivo, estimulante e enriquecedor, capaz de atender às necessidades multidimensionais dos jovens. O investimento em educação, conforme preconizado por Vieira, deve ser visto não apenas como uma despesa, mas como um investimento vital no futuro da nação, onde cada real alocado tem o potencial de gerar retornos significativos em termos de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Socialização

De maneira mais completa, define-se socialização como a internalização de ideias e valores estabelecidos coletivamente e a assimilação de papéis e de comportamentos socialmente desejáveis. Significa, portanto, a incorporação de cada homem a uma identidade maior que a individual: no caso, a incorporação do homem à sociedade. É importante associar de maneira correta a socialização à cultura: esta se encontra profundamente ligada à estrutura social, enquanto que a socialização pode ser resumida à transmissão de padrões culturais.

O processo de socialização por excelência é a educação. Mas não somente aquela que adquirimos na escola, a denominada educação formal que consiste, entre outros conhecimentos, no aprendizado da língua e da história do próprio povo. Há uma outra educação, que aprendemos apenas no próprio convívio com as outras pessoas e que corresponde ao modo como devemos agir em momentos-chave da nossa vida. É a socialização através da família, dos amigos e até mesmo de desconhecidos.

Vista dessa maneira, a socialização pode ser interpretada como condicionadora das atitudes e, portanto, como uma expressão da coerção social. Mas a socialização, justamente por se realizar de maneira difusa e fragmentada por diferentes processos, deixa alguns espaços de ação livres para a iniciativa individual espontânea, como a escolha dos amigos, do local onde se deseja morar ou da atividade que se quer exercer.

No caso da criança e do adolescente o método de socialização mais eficaz é sem dúvida a interação com o seu meio familiar e a comunidade. Quando assim falamos, estamos ao mesmo tempo dizendo que esta relação deve ocorrer dentro de um ambiente sadio. Dentro deste ambiente deve existir a figura do educador para direcioná-lo para situações que lhe favoreçam uma convivência em sociedade. Se isto não existir a probabilidade de um menor adquirir má conduta é altíssima. Se uma criança for criada em um ambiente hostil, de drogas e violência, sem que haja a participação da experiência de adultos para dizer o que é certo ou errado, acabará o menor por absorver condutas negativas visto que está interagindo com aquele meio social. Existe uma dependência natural do menor com o adulto, ou ainda, com aquela pessoa mais experiente que pode assegurar uma socialização

mais adequada e segura.

O serviço desprendido pelo policial militar para a comunidade possui o caráter de educador. Sua missão principal é a prevenção, conforme podemos observar na própria Constituição Federal (CF)²/1988 e na própria organização básica da PMAM, é, portanto, neste momento que deve intervir para educar socialmente a pessoa dizendo a ele, também, o que é certo ou errado segundo as leis, os costumes, os princípios de civilidade, respeito, ética e de humanidade. A promoção da socialização de menores, neste sentido, produzirá fortes bases para que o cidadão cresça dentro de uma perspectiva de dignidade, amor e compreensão.

Cintra (2003, p.102)³, no que diz respeito ao meio social fala que a criança brasileira vive três momentos distintos em nossa sociedade: quando possui família, quando a família é substituta ou quando o Estado realiza este papel através dos estabelecimentos educacionais. Mesmo assim em cada um destes momentos a figura do policial militar é importante na vigilância de como está sendo repassada a educação. É possível ao policial militar dirigir-lhe, por influência de seu poder de polícia, alterações na educação para possibilitar um convívio social mais adequado.

Kenney e Pursuit (1971, p.85)⁴, levantaram uma questão muito discutida no meio policial e examinada pelos estudiosos quando falam do papel e das funções da polícia, que é o de caráter social de sua atividade. O fato é que já é tempo da polícia admitir que, além da legalidade, oficialmente os policiais desempenham uma função de serviço social.

Desenvolvimento social

A Teoria do Desenvolvimento Social proposta por Vygotsky diz que a interação social exerce um papel fundamental no desenvolvimento da cognição, segundo ele:

Cada função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social, e depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológico) e depois, dentro da criança (intrapsicológico). Isto se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores se originam como relações reais entre indivíduos. (1978, p.57)⁵

² Art. 144, §§ 5º, 6º e 7º da CF.

³ CURY, Mucir. ed al. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

⁴in GOMES, Clara de Acevedo Garcia. *A importância da criação de núcleo temático da criança e do adolescente, na Polícia Militar do Estado de Alagoas*. 112f. Monografia. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – “Lato Senso”). Academia Policial Militar “Sen. Arnon de Mello”. Alagoas, 1999.

⁵ VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Mind in Society*. 1.ed. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.

Um segundo aspecto da teoria de Vygotsky é a ideia de que o potencial para o desenvolvimento cognitivo é limitado a uma certa duração de tempo, a qual ele chama de “zona de desenvolvimento próximo” (ZPD). Além disso, o pleno desenvolvimento durante a ZPD depende da interação social.

A teoria de Vygotsky salienta que a aprendizagem dos alunos vai sendo construída mediante processos de interação entre o indivíduo, seu ambiente sociocultural e outros indivíduos mais experientes, construtiva e colaborativamente. Esta teoria garante ao policial militar funcionar como agente mediador, que intervém e auxilia na construção e reelaboração do conhecimento social do menor promovendo seu desenvolvimento social.

Propostas como as desenvolvidas por programas sociais como o PROPM, trazem toda a fundamentação da teoria do Desenvolvimento Social. O que ocorre dentro daquele universo são linguagens voltadas ao comportamento social pautado dentro de expectativas sadias exibidas por nossa sociedade. Ninguém melhor do que o policial militar para preparar os menores para enfrentar situações futuras desagradáveis como uso de drogas, ato de roubar, violência e a exploração do trabalho. O aprendizado social é um componente-chave para a teoria do aprendizado.

Exercício da cidadania

Durante os processos de socialização, é crucial incorporar a educação dos jovens diretores orientados para o exercício da cidadania, aspecto enfatizado pela filosofia de trabalho da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) entre 2011 e 2013. Esta abordagem representa uma inovação significativa na postura institucional e na interação do policial militar com a comunidade de Lábrea. A introdução de práticas educativas voltadas à cidadania reflete um reconhecimento da importância de alinhar as ações policiais com as necessidades específicas e os interesses da juventude, que muitas vezes abrangem aqueles dos adultos.

A ênfase na cidadania nos processos de socialização é uma resposta à constatação de que, antes da Constituição Federal de 1988 e da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), havia uma lacuna significativa no que diz respeito ao reconhecimento e ao fortalecimento dos direitos cívicos de crianças e adolescentes. Essa lacuna se reflete

na falta de políticas e programas específicos que abordam o desenvolvimento da cidadania entre os mais jovens. Com a implantação do ECA, houve um avanço na percepção dos direitos das crianças e adolescentes, mas ainda restava uma necessidade de estratégias práticas para efetivar esses direitos no contexto social e educacional.

A inserção de princípios de cidadania na formação dos jovens é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. Ao educar crianças e adolescentes sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos, bem como sobre o funcionamento das instituições democráticas e o respeito às leis, contribui-se para a formação de indivíduos conscientes, responsáveis e engajados na vida cívica. Além disso, o foco na cidadania também envolve ensinar sobre valores fundamentais como respeito mútuo, solidariedade, tolerância e inclusão social, que são essenciais para a harmonia e o progresso da comunidade como um todo.

Essa abordagem educacional reforça o papel da polícia não apenas como protetora, mas também como uma facilitadora na formação cívica dos jovens, alinhando suas ações com as diretrizes de políticas públicas voltadas para a juventude. Esta mudança representa uma evolução importante na maneira como a força policial interage com a sociedade, marcando uma transição de uma postura predominantemente repressiva para uma mais orientada para a prevenção e educação. A experiência da 4ª CIPM em Lábrea, portanto, serve como um modelo inovador e inspirador para outras unidades da Polícia Militar em todo o Brasil, demonstrando como a integração de estratégias de socialização e cidadania pode enriquecer a missão da polícia e contribuir significativamente para o desenvolvimento social e pessoal dos jovens.

Para Bulos (2001, p. 48)⁶ o inciso II do Art. 1º da CF, enseja o fundamento da cidadania como sendo a prerrogativa da pessoa física em exercer direitos. Segundo que para o jurista, o termo cidadania deve ser empregado de forma ampla para que possamos reconhecer o direito dos indivíduos como integrantes do Estado brasileiro no tocante às garantias constitucionais. A cidadania ao ser inserida neste inciso passou a abranger todos os participantes da vida do Estado brasileiro, incluindo-se os menores.

A lei n.º 8.069 (ECA), através dos art. 3º, 4º e 5º reproduz e aprofunda normas

⁶ BULOS, UadiLammêgo. *Constituição Federal Anotada*. São Paulo: SARAIVA, 2001.

constitucionais do art. 277 da CF. No texto constitucional está inserida uma declaração de direitos reforçada pelo dever “da família, da sociedade e do Estado” e por uma sequência de dispositivos sobre políticas, atendimento, proteção especial e regras jurídicas. O Estatuto dando cumprimento à CF, fala igualmente sobre a instrumentalização para serem alcançados os direitos, dando oportunidade ao menor de adquirir facilidades para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Para que este desenvolvimento não seja transposto como objetivo para organizações autoritárias, o ECA condiciona explicitamente a liberdade e a dignidade da criança ou do adolescente como pré-requisito inarredável para que este desenvolvimento ocorra.

O exercício da cidadania, como menciona Dallari (2003, p.37)⁷, é dar oportunidades às crianças e adolescentes em colocar em prática direitos como “à vida, saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. O exercício da cidadania deve ser assegurado com prioridade, completando-se com a exigência de proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ao analisar o art. 7º do ECA, o sociólogo Herbert de Souza(2002, p.57)⁸ afirmou:

A tradição do Estado brasileiro é não levar a sério sua função social, é ter uma relação perversa com sua própria sociedade. Para se romper esta tradição, cabe à sociedade civil tomar a iniciativa de obrigar o Estado, em todos os níveis, a reencontrar-se com sua função social e promover o exercício da cidadania de crianças e adolescentes em todo o território nacional. Vivemos, hoje, a situação do escândalo de negar as condições de humanidade àqueles que só podem existir com o nosso amor. Estamos desafiados a acabar com o escândalo e recuperar para a criança, adolescente e nós mesmos a condição que dá sentido à vida.

Os exemplos deixados por Herbert de Souza nos levam a encarar o exercício da cidadania do menor como um fator obrigatório, necessário, humanitário que viabiliza sua participação como cidadão. É importante destacar que a condição da criança e do adolescente é *sui generis*, pois de fato é contraditório dizer que um sujeito é titular do direito à cidadania se ele não pode exercê-la. Se um sujeito não pode escolher e outro sujeito está encarregado de escolher por ele, aquele sujeito não é livre. Por isso Herbert convoca nossa sociedade a exercer esse direito em nome do menor.

⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Análise do art. 4º do ECA*. in CURY, Mucir. ed al. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

⁸ Souza Herbert. *Análise do art. 7º do ECA*. *idem*

Formação psicossocial

A formação profissional do policial militar prevê determinadas intervenções em todas as camadas de nossa sociedade. A intervenção policial é presente tanto num evento das favelas como nos conjuntos residenciais mais requintados. Podemos exemplificar melhor essas ações quando o profissional de segurança pública negocia uma crise, media um conflito, utiliza técnicas de persuasão (coação) e etc.

Não são raras as vezes em que vislumbramos a Polícia Militar (PM) gerenciando pequenas crises sociais, cujo ambiente está além daquele experimentado pelo policial no seu dia-a-dia como cidadão. Por isso os Centros de Formação das Polícias Militares brasileiras têm se esmerado em adequar o currículo dos policiais para uma atuação pautada no Direito e principalmente na ação policial dentro de técnicas da Psicologia Social. Diz Aroldo Rodrigues (2000, p. 21)⁹: “Psicologia Social é o estudo científico da influência recíproca entre as pessoas (interação social) e do processo cognitivo gerado por esta interação (pensamento social).”

À exceção feita à figura lendária de Robson Crusóe e de eremitas, todos os seres humanos vivem em constante processo de dependência e interdependência em relação a nossos semelhantes. Da mesma forma, não pode o policial militar pensar que cumprirá sua missão sem que haja uma interação com os grupos sociais em sua volta. Por mais que o policial militar seja considerado a personificação do Estado no momento em que está agindo, não pode deixar afastar o fato de que também faz parte desse grupo e suas emoções podem contribuir positiva ou negativamente na solução de um litígio. Daí surge a necessidade de uma formação amplamente voltada para o entendimento do comportamento humano.

Aroldo Rodrigues (2000, p. 21-22), fala da importância da pesquisa para resolução de problemas psicossociais e seus fenômenos, dizendo:

A interação humana e suas consequências cognitivas e comportamentais constituem, pois, o objeto material da psicologia social, ou seja, aquilo que a psicologia social estuda. O objeto formal da psicologia social, ou seja, a maneira pela qual ela estuda seu objeto material é o método científico. Método científico é toda atividade conducente à descoberta de um fato novo orientado pelo seguinte paradigma: Teoria → levantamento de hipóteses → teste empírico das hipóteses levantadas →

⁹ RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; BERNARDO, Jablonski. *Psicologia Social*. 19.ed. Petrópolis/RJ:Voices, 2000.

análise dos dados colhidos → confirmação ou rejeição das hipóteses → generalização.

Essa ação mútua afeta, de uma forma ou de outra, pensamentos, emoções e comportamentos das pessoas envolvidas, seja diretamente, como no exemplo citado, seja indiretamente, como ocorre na mídia, através de alguma campanha publicitária.

Mais interessante ainda é o fato de que a expectativa com relação ao comportamento do outro (ou a seus pensamentos ou sentimentos) pode igualmente modificar nossas ações.

Guthrie (1972, p.74)¹⁰, citado na obra *Psicologia Social*, Universidade de Michigan, EUA, disse em certa ocasião que o significado menos ambíguo da palavra “mente” é o de habilidade de tirar proveito da experiência. As Polícias Militares, com base nas consequências advindas de experiências passadas, podem alterar, por exemplo, destinos de toda uma juventude. Vygotsky, que se preocupava com o funcionamento do desenvolvimento humano, a partir de um processo social e histórico, afirmava que o sujeito não era somente ativo, mais interativo, em virtude de somar conhecimentos por meio de relações interpessoais.

Mudança de atitudes, resistências e credibilidade do policial na corporação

A rejeição a mudanças dentro da PMAM se encontra em patamares bastante elevados. O tradicionalismo e as formas arcaicas de atuação caminham lado a lado impedindo que novas técnicas possam ser adotadas para favorecer a melhoria dos serviços para a comunidade. Esta resistência ocasiona a perda da credibilidade da corporação que é vista com indiferença. Quando falamos em mudanças de atitudes, estamos falando não somente em renovar padrões de conduta, mas em filosofia de trabalho.

Para Houvland, Janis e Kelly (1935)¹¹ “é importante que o educador forneça incentivos a fim de que uma pessoa mude de atitude. A atitude desejada deve ser provocada através de incentivos e reforçada para que se incorpore ao repertório comportamental da pessoa.”

Rodrigues (2000, p. 75)¹², apresenta quinze explicações sociopsicológicas para o fenômeno de resistir a mudanças fazendo uma citação à Ickes (1980) que explica da seguinte

forma: “nossas percepções sobre os outros resistem à ideia de uma não confirmação porque

10 in, ZAJONE, Roberto B, *Social Psychology: An Experimental Approach (Psicologia Social: Do Ponto de Vista Experimental)*; BORI, Carolina Martuscelli. *Obra traduzida, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO(USP)*, 1. ed. São Paulo: Herder, 1972.

11 BARROS, José Bartolomeu. *Formação para docência do Ensino Superior: Filosofia da educação. Fundação Educacional Jayme de Altavila– FEJAL – Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC – Centro Universitário de Formação de Profissionais da educação – CISE. Alagoas. 2004.*

12 RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; BERNARDO, Jablonski. *Psicologia Social. 19.ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 2000.*

elas servem como uma espécie de ‘teoria’ acerca de como os outros são; mais importante ainda, acerca do que os outros provavelmente farão.” As pesquisas com precisão no julgamento de outrem demonstram a existência da tendência de formarmos impressões sobre os outros ou sobre suas ações.

Na PMAM a norma social é ser “guerreiro” e “operacional”. Estas regras prescrevem determinados comportamentos sempre que uma nova ideia surge. A ideia é logo comparada com o modelo atual e se não atender às disposições internas dos seus agentes, fatalmente será rejeitada.

A filosofia da educação e a explicação do “porque não querer mudar”

Barros (2004, p. 19)¹³, em seus assentamentos, comenta sobre ideologia, trabalho, educação, cultura e política, dizendo:

Com muita frequência se pensa que a consciência do homem é superior e anterior à realidade que busca conhecer. Nesse sentido, as ideias moveriam o mundo, e a história poderia ser explicada pela ação dos “grandes homens”. Karl Marx inverte o processo, mostrando que as ideias surgem a partir das condições históricas reais vividas pelos homens ao estabelecer as relações de produção, que consistem na maneira pela qual eles se organizam por meio da divisão social do trabalho. Segundo ele, toda atividade intelectual – mito, religião, moral, filosofia, literatura, ciências, etc. -passa a ser compreendida como derivada das condições materiais de produção da existência.

A compreensão das nuances ideológicas que permeiam a função do policial militar é essencial para uma análise crítica de sua atuação e posição dentro da sociedade. Em muitos casos, o policial militar pode não ter sido claro sobre a complexidade do contexto em que está inserido, e é aí que a influência da ideologia se torna mais evidente. A ideologia, entendida como um conjunto de representações, ideias e normas de conduta, orienta o modo como os indivíduos, neste caso os policiais militares, pensam, sentem e agem. Esta influência é frequentemente moldada para atender aos interesses da classe dominante, estabelecendo um padrão de pensamento e ação que pode não refletir as realidades ou necessidades dos policiais como indivíduos ou da comunidade que servem.

Essa “falsa consciência” da realidade, criada pela ideologia, pode ocultar as verdadeiras divisões e conflitos existentes na sociedade, apresentando uma visão unificada e harmônica que não corresponde à realidade. Para os militares, isso pode significar uma

¹³ *idem*

alienação de suas próprias experiências e desafios, onde as complexidades de seu papel e as contradições de seu ambiente de trabalho são simplificadas ou ignoradas. Essas implicações têm implicações profundas tanto para o indivíduo policial quanto para a sociedade como um todo.

Por outro lado, a polícia, como instituição, não está isenta de seguir determinadas ideologias. Sua missão de educar, por exemplo, está intrinsecamente ligada à ideologia que adota, o que pode moldar significativamente a natureza e a abordagem de suas práticas educativas. A orientação ideológica da polícia pode influenciar desde a definição de currículos em programas de treinamento até as estratégias de interação com a comunidade. Essa influência ideológica pode ter um impacto significativo na maneira como a polícia é percebida pela sociedade e na eficácia de suas ações para manter a ordem pública e promover a segurança.

Portanto, é fundamental que haja uma compreensão e análise crítica das ideologias que influenciam a polícia, especialmente no que diz respeito à sua missão educativa. Uma compreensão profunda dessas dinâmicas ideológicas pode permitir aos policiais militares uma maior consciência de seu papel e responsabilidades, além de fornecer uma base para práticas mais justas e eficazes, que realmente atendem às necessidades e expectativas da comunidade. Ao mesmo tempo, isso pode abrir caminho para um diálogo mais transparente e construtivo entre a polícia e a sociedade, contribuindo para uma relação mais harmoniosa e cooperativa.

Construção do PROPM com as bases conceituais

A construção do Programa Pelotão Mirim (PROPM) pela 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) se fundamenta em princípios e premissas conceituais focadas na reformulação das estratégias de ação policial. Esta reformulação visa corresponder não apenas às formas de ação, mas também às percepções de condutas omissivas ou inconvenientes por parte da tropa, que muitas vezes resultam de uma compreensão limitada sobre o papel multifacetado do policial militar na sociedade. Essa mudança de paradigma baseia-se no reconhecimento de que o policial militar deve agir não apenas como um executor da lei, mas também como um agente transformador de pensamentos e

comportamentos.

Reuniões semanais com a tropa criaram um espaço para deliberação sobre novos regimes de serviço e discussão de questões disciplinares. Mais crucialmente, essas reuniões serviram como fórum para o engajamento da tropa na resolução de problemas específicos relacionados à infância e à adolescência em Lábrea, com foco em medidas preventivas ancoradas na educação. Inspirando-se na máxima de Pitágoras, “ensinai as crianças para que não seja necessário punir os adultos”, a 4ª CIPM introduziu uma abordagem proativa, evitando delitos e distúrbios sociais através da educação e da participação ativa na comunidade.

Esta abordagem educativa marca uma transformação significativa na missão estratégica da 4ª CIPM, motivando uma mudança comportamental nos policiais militares, anteriormente criticada por suas abordagens convencionais, para uma postura direcionada a questões sociais e à promoção do exercício da cidadania. Nesse novo contexto, a polícia é vista não apenas como um órgão de segurança, mas como um facilitador da ordem social e um defensor dos direitos civis.

Além disso, a 4ª CIPM introduziu uma abordagem analítica para estudar e erradicar as anomalias sociais, como o surgimento de “gangues” e “galeras”, que ameaçavam a segurança pública. O papel do policial social se estende para intervir nestas situações, redirecionando condutas negativas e promovendo a ressocialização de menores infratores. Este processo envolve filtrar influências nocivas e cultivar uma nova ordem social baseada na cidadania responsável e na conscientização social.

Para efetivar essa mudança paradigmática, foi necessário um compromisso moral robusto por parte da tropa, revivendo conceitos negligenciados e adotando uma postura policial mais cidadã e humana. Este compromisso representa um passo significativo na direção de uma força policial mais integrada e empática, que reforça a importância da educação e do engajamento social como ferramentas essenciais para a manutenção da ordem pública e o desenvolvimento de uma comunidade coesa e segura.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

Uma pesquisa sobre o Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) em Lábrea adotou uma abordagem metodológica rigorosa, empregando tanto processos exploratórios quanto descritivos. Esta metodologia incluiu uma avaliação abrangente e detalhada dos resultados e eficácia do programa.

Entrevistas e questionários foram aplicados ao Corpo Docente do PROPM e aos pais, responsáveis, tutores e curadores dos alunos matriculados no programa. Essa estratégia de coleta de dados visava cruzar as perspectivas e experiências de todos os indivíduos diretamente envolvidos com o PROPM, tanto em termos de implementação quanto de recepção e impacto. A análise desses dados foi cuidadosamente realizada, permitindo a construção de gráficos e quadros estatísticos para ilustrar visualmente tanto os aspectos qualitativos quanto quantitativos do programa.

A ênfase nas formas descritivas foi um componente crucial da pesquisa, proporcionando uma visão detalhada do nível de prevenção do progresso pela 4ª CIPM através do PROPM. Esta abordagem permitiu não apenas uma descrição dos procedimentos e atividades desenvolvidas, mas também uma análise profunda das opiniões e percepções da comunidade labrense. As entrevistas realizadas em órgãos ligados diretamente à segurança pública foram particularmente instrutivas, revelando a interação do programa com o contexto mais amplo da segurança pública e sua relevância no ambiente social.

O período de análise, abrangendo os anos de 2011 a 2013, resultou num panorama abrangente dos efeitos da ação policial do PROPM sobre o público alvo. Além disso, foi possível identificar as melhorias comportamentais realizadas pelos pais e/ou responsáveis, educadores, policiais militares e pela comunidade em geral. A avaliação desses aspectos demonstram o valor do PROPM como uma iniciativa de relevância e interesse social, destacando-se como um modelo eficaz de intervenção policial no âmbito educativo e preventivo.

Os resultados desta análise evidenciaram que o PROPM da 4ª CIPM não conseguiu apenas cumprir sua missão de prevenção e educação, mas também estabeleceu um novo padrão para a atuação da polícia militar em contextos comunitários e educativos. A pesquisa,

ao fornecer dados concretos e análises planejadas, reforça a importância de iniciativas como o PROPM e serve como um guia para futuras implementações de programas semelhantes em outras regiões e contextos.

Resultado das entrevistas e análise dos dados

Entrevistas e Questionários

Na fase de coleta de dados da pesquisa sobre o Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), foi adotada uma abordagem metodológica diversificada para a realização de entrevistas e questionários, com o intuito de garantir uma compreensão abrangente e multifacetada das percepções e experiências relacionadas ao programa.

As entrevistas foram conduzidas seguindo dois formatos principais: primeiramente, através de entrevistas à distância, utilizando um modelo de entrevista-questionário que se enquadra no método de entrevista indireta. Este formato permitiu aos entrevistados a flexibilidade de responder no seu próprio tempo e espaço, garantindo assim respostas mais reflexivas e consideradas. Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas presenciais, seguindo o modelo tradicional de entrevista direta. Esta abordagem direta foi especialmente trabalhada em interações com profissionais do Ministério Público, voluntários, parceiros e outras partes interessadas, onde foram enfatizadas as questões abertas para permitir uma expressão mais livre e detalhada de opiniões e experiências.

Quanto aos questionários, foram cuidadosamente elaborados, incluindo questões fechadas e abertas, proporcionando um equilíbrio entre respostas quantificáveis e *insights* qualitativos. Estes questionários foram direcionados a um público diversificado, incluindo pais, responsáveis e membros do Corpo Docente do PROPM-4ª CIPM, totalizando um universo de 319 respondentes. A inclusão de questões abertas nos questionários foi uma estratégia crucial para captar a profundidade e a complexidade das percepções e experiências dos envolvidos com o PROPM, permitindo que os participantes expressem suas visões e sentimentos de maneira mais ampla e detalhada.

Este conjunto de técnicas de coleta de dados proporcionou uma base rica e

variada de informações, essenciais para uma análise abrangente do impacto do PROPM. A combinação de entrevistas diretas e indiretas, juntamente com questionários estruturados, ofereceu uma visão holística e multifacetada das realidades e percepções associadas ao programa, garantindo que a pesquisa capturasse uma gama completa de experiências e opiniões de todos os grupos de *stakeholders* envolvidos.

Interpretação e Análise dos resultados

A análise interpretativa dos dados coletados por meio dos questionários aplicados no estudo do Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) desempenhou um papel fundamental na avaliação da eficácia e do impacto do programa em Lábrea. Esta análise se concentrou em medir e entender as repercussões do programa não apenas no público-alvo - crianças e adolescentes de Lábrea - mas também na força policial envolvida.

A abordagem analítica incluiu uma avaliação detalhada de como o PROPM influenciou a comunidade local e a própria corporação policial. As respostas coletadas forneceram insights profundos sobre a percepção da comunidade em relação às atividades e objetivos do PROPM, permitindo identificar áreas de sucesso e aspectos que poderiam ser aprimorados. Além disso, a análise dos questionários focou na identificação de mudanças comportamentais entre os policiais militares de Lábrea, considerando como sua participação no PROPM pode ter influenciado suas abordagens e interações no cumprimento do dever.

A interpretação dos dados também visa compreender como o programa conseguiu atingir seus objetivos educacionais e de prevenção, especialmente no que tange ao desenvolvimento de habilidades sociais, conscientização cívica e redução de comportamentos delinquentes entre os jovens. Essa análise foi crucial para avaliar a efetividade do PROPM em criar um ambiente propício para o desenvolvimento positivo dos jovens e em promover uma relação mais harmoniosa e colaborativa entre a polícia e a comunidade.

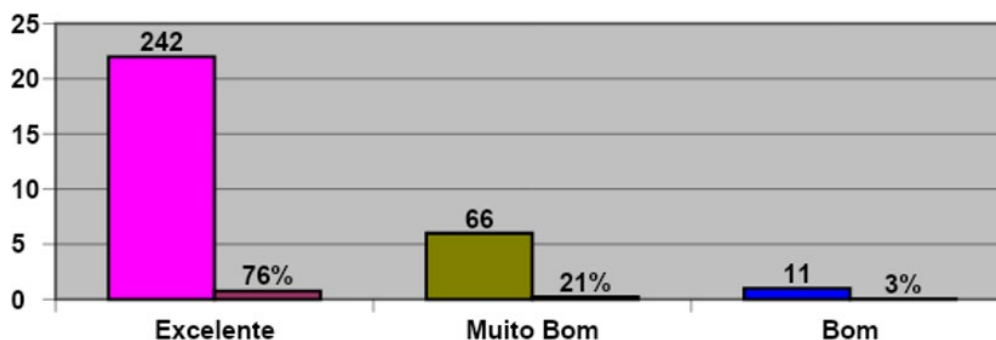
Além de focar nas crianças e adolescentes, a análise explorou como a participação no programa afetou a percepção e o comportamento do efetivo da 4ª CIPM. Buscou-se entender em que medida a integração dos policiais em atividades educativas e comunitárias

contribuiu para uma mudança em suas práticas e atitudes, refletindo um compromisso maior com os princípios de proteção comunitária e cidadania ativa.

Levando-se em consideração os dados coletados através dos questionários aplicados aos pais, responsáveis de alunos e ao Corpo Docente foi possível diagnosticar:

a) Qualidade do Programa.

Gráfico 1 - Conceitos emitidos por pais de alunos e docentes sobre a qualidade do PROPM- 2012.



Fonte: O Autor.

Conforme apresentado no gráfico modificado a partir dos dados coletados, a percepção sobre a qualidade dos serviços prestados pelo PROPM é notavelmente positiva. A amostra revela que uma expressiva maioria de 76% dos pais e responsáveis classifica o programa como de “Excelente” qualidade. Além disso, 21% dos entrevistados compartilham o programa “Muito Bom” e apenas uma minoria de 3% o avalia como “Bom”. Esta distribuição de respostas demonstra de forma clara o alto nível de satisfação dos envolvidos com o programa e a eficácia das iniciativas inovadoras pela 4ª CIPM.

Notavelmente, a pesquisa aponta que, apesar das condições mínimas e desafiadoras enfrentadas pela 4ª CIPM em termos de recursos e infraestrutura, a unidade conseguiu, em menos de dois anos, atingir e manter um nível de serviço considerado mais do que excepcional nas ações de prevenção e educação social. Este resultado é particularmente impressionante, considerando o contexto operacional e os desafios enfrentados na implementação do programa.

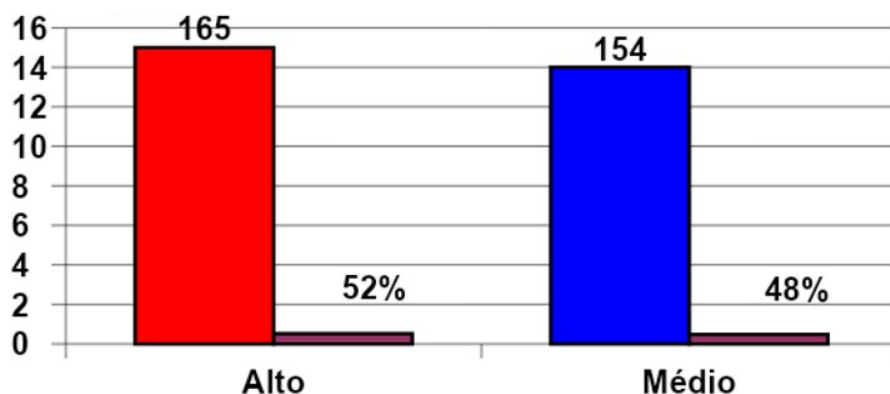
A ausência de avaliações negativas na amostra coletada é um indicador robusto de eficácia do programa. Este fato ressalta a competência e o comprometimento do Corpo de Instrutores do PROPM, que, mesmo diante de limitações, procuram entregar um programa

que não apenas atendeu, mas superou as expectativas da comunidade. Este sucesso é um testemunho da importância e do valor da iniciativa, demonstrando que ações direcionadas e bem planejadas podem gerar resultados significativos, mesmo em cenários de recursos limitados.

Em resumo, a análise dos dados obtidos oferece um panorama encorajador sobre o PROPM da 4ª CIPM, evidenciando a qualidade e o impacto positivo do programa na comunidade de Lábrea. Estes reforçam a importância de continuar e expandir iniciativas semelhantes, promovendo o fortalecimento das relações comunitárias e a promoção de uma abordagem de segurança pública mais integrada e educativa.

b) Nível de preparação para o exercício da cidadania.

Gráfico 2 - Nível conceitual sobre a preparação para o exercício da cidadania feita no PROPM - 2012.



Fonte: O Autor

A análise dos dados encontrados sobre o nível de preparação para o exercício da cidadania, fornecida pelo Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), revela insights significativos. Segundo os resultados obtidos, uma maioria de 52% dos entrevistados avaliaram que as instruções e atividades programadas pelo PROPM para fomentar o exercício da cidadania atingem um 'Nível Alto'. Esta percepção é complementada pela opinião de 48% dos entrevistados que consideram o nível de preparação como 'Médio'.

Estes dados são indicativos de uma resposta positiva ao esforço do PROPM em promover a cidadania entre os jovens. O fato de mais da metade dos entrevistados perceberem um alto nível de preparação é um testemunho do sucesso do programa em

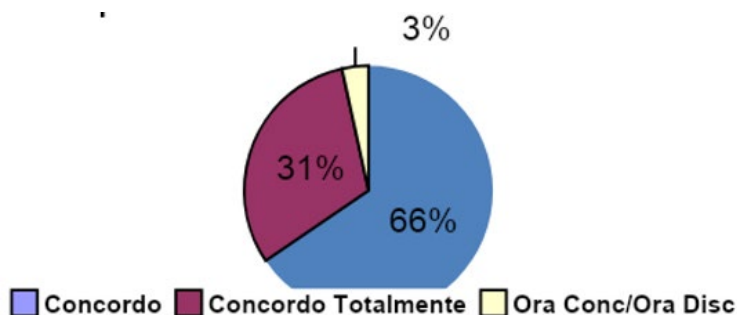
inculcar valores e conhecimentos essenciais para o exercício responsável da cidadania. A capacidade do programa de atingir um nível tão significativo de eficácia, apesar das restrições e desafios, é notável.

Importante também é o reconhecimento implícito de que a 4ª CIPM está presente para preencher lacunas deixadas por outros órgãos da administração pública do Estado. Esta percepção por parte dos pais e responsáveis sugere uma avaliação do papel complementar que o PROPM está desempenhando na educação cívica dos jovens. O programa, portanto, não está apenas atendendo às expectativas, mas também está contribuindo para suprir uma necessidade urgente na formação cívica e social dos jovens em Lábrea.

A constatação de que a 4ª CIPM está complementando as falhas de outros órgãos na promoção do exercício da cidadania ressalta a importância e o impacto positivo do PROPM. Esta abordagem integrada e colaborativa da polícia na educação para a cidadania não apenas fortalece o tecido social, mas também promove uma relação mais positiva e cooperativa entre a comunidade e as forças de segurança. Na última análise, o PROPM surge não apenas como uma iniciativa de prevenção ao crime, mas também como um veículo essencial para o desenvolvimento cívico e a construção de uma sociedade mais informada, responsável e engajada.

c) Concordância na preparação para o enfrentamento de adversidades sociais.

Gráfico 3 - Nível de concordância sobre a preparação de alunos adversidades no futuro - 2012.



Fonte: O Autor.

Avaliando a eficácia do Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) na preparação de jovens para enfrentar adversidades sociais, como violência, drogas, delinquência e criminalidade, os dados encontrados oferecem uma perspectiva revelada. As preocupações dos pais e responsáveis em relação

a estes temas críticos são significativas e refletem a importância de programas de prevenção e educação eficaz.

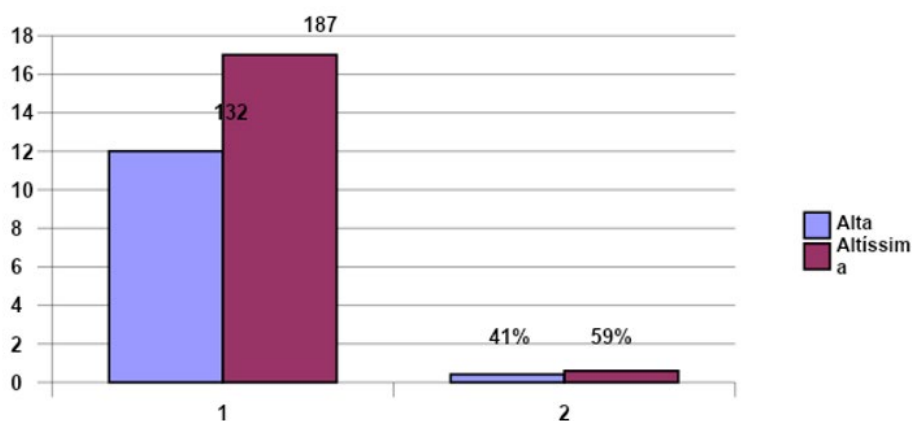
De acordo com os resultados obtidos, uma proporção substancial de 66% dos pais e responsáveis expressa concordância com a eficácia do PROPM em preparar os alunos para enfrentar essas adversidades sociais. Este dado é complementado por 31% dos entrevistados que concordam plenamente com a capacidade do programa de equipar os jovens com as habilidades e o conhecimento necessário para lidar com tais desafios. Apenas uma pequena fração de 3% dos entrevistados expressou uma opinião ambivalente, ora concordando, ora não concordando com a eficácia do programa nesse aspecto.

Estes resultados indicam uma forte confiança no PROPM como um instrumento valioso de educação e prevenção, apoiando sua contribuição no fortalecimento dos jovens para enfrentar e superar desafios sociais importantes. A alta taxa de concordância entre os pais e responsáveis reflete a percepção de que o programa não atende apenas às expectativas, mas também desempenha um papel crucial na formação de jovens resilientes e bem preparados.

No entanto, é essencial reconhecer que a eficácia do PROPM, enquanto instrumento de defesa educacional, depende da interação com outros aspectos da comunidade e infraestrutura municipal. A pesquisa aponta para a necessidade de um esforço colaborativo e contínuo do município, envolvendo diversas entidades e programas, para garantir que a instrução fornecida pelo PROPM seja constantemente reforçada e adaptada às necessidades emergentes dos jovens. Este esforço conjunto não apenas sustenta a eficácia do programa, mas também garante um ambiente propício para o desenvolvimento holístico e segurança da juventude de Lábrea.

d) Nível de aceitabilidade do PROPM da 4ª CIPM perante a comunidade

Gráfico 4 - Nível de aceitabilidade do PROPМ em Lábrea - 2012.



Fonte: O Autor.

O Programa Pelotão Mirim (PROPМ) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) em Lábrea alcançou uma aceitabilidade notável dentro da comunidade, refletindo uma mudança significativa na percepção pública da polícia e de suas funções. Uma pesquisa indica que 41% dos membros da comunidade classificam a aceitabilidade do programa como 'Alta', enquanto uma maioria substancial de 59% avalia como 'Altíssima'. Este nível de aceitabilidade não apenas demonstra o sucesso do programa, mas também sublinha dois aspectos fundamentais da inovação trazida pelo PROPМ:

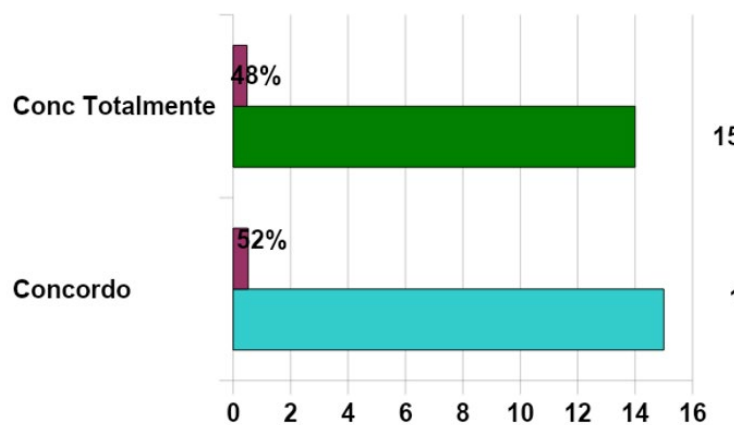
A aceitabilidade do PROPМ evidencia que a Polícia Militar em Lábrea superou as abordagens convencionais que se limitavam aos métodos repressivos. Este programa ilustra a capacidade do Policial Militar de adotar estratégias mais holísticas e preventivas, enfatizando a importância do envolvimento comunitário e da educação na manutenção da segurança e ordem.

O PROPМ realça o papel vital dos policiais como educadores na comunidade, um aspecto crucial na prevenção de comportamentos delituosos. Este reconhecimento de uma transformação na função tradicionalmente atribuída aos policiais, colocando-os como agentes de mudança social e facilitadores na construção de um ambiente comunitário mais seguro e harmonioso.

A acessibilidade e a avaliação positiva do PROPМ pela comunidade labrense representam um endosso significativo do programa e de sua eficácia na promoção de mudanças positivas.

e) Concordância sobre exemplo de maior ação preventiva da PMAM.

Gráfico 5 - Nível de concordância do PROPM como maior exemplo de ação preventiva da PMAM - 2012.



Fonte: O Autor

A avaliação do Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) como um exemplo de ação preventiva por parte da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) recebeu uma resposta positiva contundente da comunidade. A análise dos dados encontrados revela que uma percentagem significativa da comunidade labrensereconhece o PROPM como um paradigma em termos de prevenção. Especificamente, 48% dos entrevistados concordam plenamente que o PROPM representa o maior exemplo de ação preventiva que a PMAM pode oferecer à sociedade de Lábrea. Complementarmente, outros 52% também expressaram sua concordância com essa avaliação.

Este alto nível de concordância reflete uma percepção pública de que, frente à inoperância, omissão e descaso de outros comandos e órgãos públicos, o PROPM emergiu como uma iniciativa inovadora e eficaz, marcando uma transição significativa do modelo tradicional de policiamento para uma abordagem mais orientada à prevenção. A comunidade, ao fazer comparações entre as práticas passadas e a nova abordagem proposta pelo PROPM, identifica claramente este último como um modelo superior e mais eficaz em termos de prevenção.

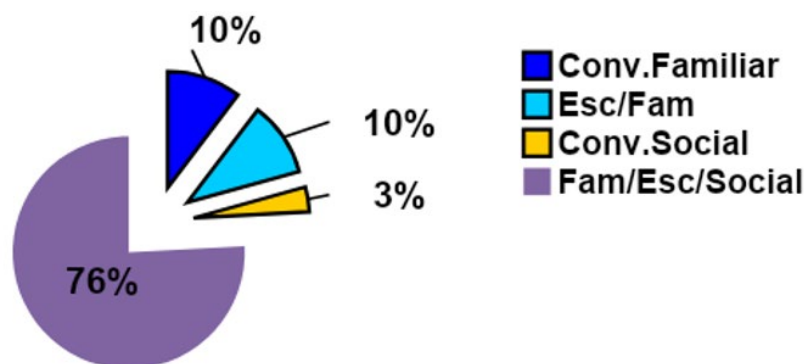
A acessibilidade e o reconhecimento do PROPM como um exemplo principal de ação preventiva indicam um avanço significativo na maneira como a segurança pública é realizada e rompida pela PMAM. Isso demonstra um alinhamento com as necessidades e expectativas da comunidade, enfatizando a importância da prevenção e da educação como ferramentas chave na manutenção da ordem e na promoção de um ambiente seguro e

harmonioso.

Esses resultados reforçam a ideia de que o PROPM não é apenas um programa isolado de sucesso, mas um modelo replicável que pode servir de referência para futuras iniciativas de prevenção por parte do PMAM em outras comunidades. A adesão e o apoio da comunidade a este modelo ressaltam a necessidade e a eficácia de abordagens políticas que além do convencional, abracem estratégias educativas e preventivas para combater eficazmente o crime e promover a segurança.

f) Situações em que o PROPM foi eficiente

Gráfico 6 - Situação onde o PROPM mostrou-se - 2012.



Fonte: O Autor.

Uma análise da eficiência do Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) nas diferentes esferas da vida social fornece um panorama abrangente do impacto do programa. De acordo com os dados obtidos, a eficiência do PROPM é percebida de maneira significativa em diversas áreas do convívio social.

- Convívio Familiar/Escolar/Social: Uma maioria expressiva de 76% dos entrevistados aponta que a eficiência do PROPM foi mais notável na intersecção do convívio familiar, escolar e social. Esta constatação sublinha o sucesso do programa em integrar e fortalecer as relações em múltiplos aspectos da vida dos participantes.
- Convívio Familiar e Escolar: Outros 10% dos entrevistados identificaram a eficiência do PROPM especificamente na combinação do convívio familiar e escolar, exercendo uma influência positiva nas relações interpessoais dentro

das famílias e no ambiente educacional.

- Convívio Familiar: Uma parcela igual a 10% recomendou a eficiência do programa exclusivamente no âmbito familiar, ressaltando o impacto do PROPm na melhoria da dinâmica e das interações familiares.
- Aspecto Social: Por fim, 4% dos entrevistados sentiram que o PROPm foi eficiente primordialmente no aspecto social, destacando a contribuição do programa para a melhoria das habilidades sociais e da integração comunitária dos jovens participantes.

Estes resultados evidenciam que o PROPm conseguiu impactar todos os aspectos fundamentais da sociedade - escola, família e comunidade - de maneira eficaz. A distribuição das respostas indica que o programa não se limita a um único aspecto da vida dos jovens, mas estende sua influência de maneira holística, abordando múltiplas facetas do desenvolvimento social e pessoal.

A predominância de respostas voltadas para a eficiência do PROPm no convívio familiar, escolar e social sugere que o programa foi particularmente bem sucedido em criar uma abordagem integrada, onde as habilidades e valores aprendidos no programa reverberam através de diferentes esferas da vida dos jovens. Isso demonstra a capacidade do PROPm de não apenas ensinar princípios e valores morais, mas também de aplicá-los de forma prática e significativamente no cotidiano dos participantes.

Além disso, a percepção da eficácia do programa tanto no ambiente familiar quanto no escolar enfatiza sua capacidade de fortalecer as relações interpessoais e promover um ambiente propício ao desenvolvimento ético, intelectual e social. Essa eficiência multifacetada do PROPm reforça a ideia de que o programa é mais do que uma iniciativa de prevenção ao crime; é uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento integral dos jovens, preparando-os para serem cidadãos responsáveis e engajados.

Em resumo, as respostas coletadas na pesquisa indicam claramente que o PROPm da 4ª CIPM conseguiu alcançar e influenciar positivamente os principais pilares da sociedade em Lábrea. A eficiência do programa em diversos contextos demonstra seu sucesso não apenas em termos de prevenção ao crime, mas também na promoção do bem-estar social

e no desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente.

g) Efeitos benéficos proporcionados aos alunos

Gráfico 7 - Efeitos registrados nos Aluns PROPM - 2012.



Fonte: O Autor

Uma análise dos efeitos benéficos do Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) sobre os alunos revela transformações significativas em seu comportamento e compreensão social. O programa apresentado será eficaz em incentivos a mudanças comportamentais positivas, especialmente em jovens que anteriormente se mostraram desmotivados ou incapazes de interagir favoravelmente com seu meio social.

- Mudança de Comportamento e Politização do Cidadão: Os dados obtidos indicam que 34% dos entrevistados observaram uma mudança abrangente de comportamento, abarcando todos os efeitos classificados no questionário. Este resultado sugere que o PROPM foi eficaz em proporcionar aos jovens um melhor entendimento e engajamento com os aspectos sociais, éticos e cívicos de suas vidas, culminando na politização dos cidadãos jovens.
- Desenvolvimento Escolar e Aplicação ao Desporto: Além disso, uma pesquisa aponta para um impacto positivo do PROPM no desenvolvimento escolar dos alunos e na sua aplicação ao esporte, com 7% dos entrevistados destacando esta área de influência. Isso ressalta a eficácia do programa de promoção não apenas da consciência social e cívica, mas também de incentivo ao desenvolvimento físico e intelectual.
- Melhoria no Convívio Social: Uma parcela significativa de 31% dos entrevistados

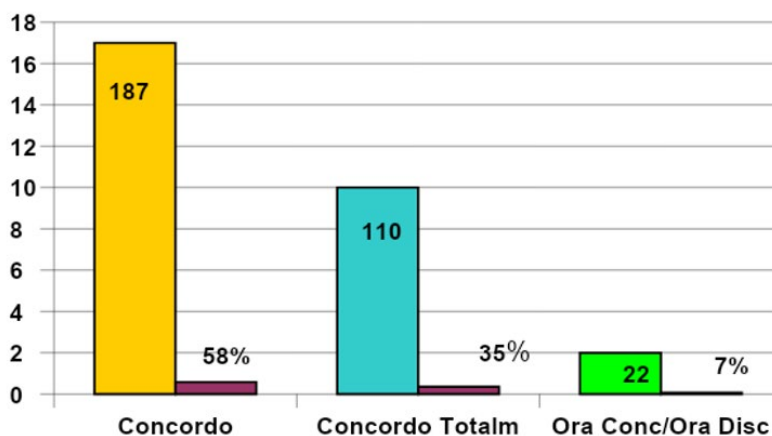
notou uma melhoria no convívio social dos alunos, um indicador da capacidade do PROPOM de aprimorar as habilidades sociais e de comunicação dos jovens, promovendo um ambiente mais harmonioso e cooperativo.

- Entendimento de Regras de Cidadania e do Direito: Além disso, 21% dos participantes refletiram um aumento no entendimento dos alunos sobre regras de cidadania e direitos, enfatizando o sucesso do programa em educar os jovens sobre seus direitos e deveres como membros ativos da sociedade.
- Consciência Ética e Respeito Mútuo: Por fim, outros 7% dos entrevistados identificaram avanços na consciência ética e no respeito mútuo entre os alunos, evidenciando o impacto do PROPOM na formação de valores éticos e no fomento do respeito pelas diferenças individuais.

Os resultados obtidos ressaltaram o papel significativo do PROPOM na promoção de um desenvolvimento integral dos jovens, abordando aspectos educacionais, físicos, sociais e éticos. O programa mostrou uma ferramenta eficiente não apenas para a prevenção de comportamentos delinquentes, mas também para o incentivo ao crescimento pessoal e ao engajamento cívico dos alunos. Estes efeitos benéficos sublinham a importância do PROPOM como um modelo exemplar de intervenção educativa e preventiva na formação de jovens cidadãos responsáveis e conscientes.

h) Concordância sobre a eficiência em diminuir incidência criminal.

Gráfico 8 - Concordância sobre diminuição de incidência criminal em Lábrea após implantação PROPOM - 2012.



Fonte: o Autor

A avaliação da eficiência do Programa Pelotão Mirim (PROPOM) da 4ª Companhia

Independente da Polícia Militar (CIPM) na redução da incidência criminal em Lábrea revela percepções significativas sobre seu impacto. Os dados obtidos, quando cruzados com as estatísticas obtidas pelo setor de estatística da 4ª CIPM, apontam para uma redução notável da criminalidade durante os anos de funcionamento do programa.

- **Percepção da Comunidade:** Uma maioria de 58% dos entrevistados concorda que o PROPM teve um papel influente na redução da incidência criminal entre a população infanto-juvenil de Lábrea. Além disso, 35% dos entrevistados concordam totalmente com essa afirmação, enquanto uma minoria de 7% tem uma opinião ambivalente, oscilando entre concordar e discordar.
- **Contribuição do PROPM:** Embora a redução da criminalidade não possa ser atribuída exclusivamente ao PROPM, é evidente que o programa desempenhou um papel fundamental nesse processo. O impacto do PROPM estende-se além de suas atividades diretas, gerando um processo mais amplo dentro da comunidade e do quartel que contribuiu para o fortalecimento de uma consciência cidadã focada na proteção da sociedade. Este aspecto é crucial, pois indica que o programa não apenas atuou na prevenção imediata de atos criminosos, mas também promoveu uma mudança de mentalidade e atitude entre os jovens e na comunidade em geral.
- **Criação de um Ambiente de Ordem Pública:** A coleta de dados reflete mais do que números; ela traduz um sentimento de aumento da ordem pública municipal, um indicativo de que o PROPM, junto com outras iniciativas, esforços para um ambiente mais seguro e organizado em Lábrea. A redução da incidência criminal é um reflexo direto da eficácia do programa em criar um ambiente que desencoraje o comportamento delincente e promova a adesão às normas sociais positivas.
- **Reflexo no Sentimento de Segurança:** A diminuição na incidência criminal, como indicado pelos dados, também reflete um aumento no sentimento geral de segurança entre os moradores de Lábrea. Isso é fundamental, pois uma comunidade que se sente mais segura é mais propensa a participar na manutenção da ordem e no apoio a iniciativas como o PROPM. A percebida

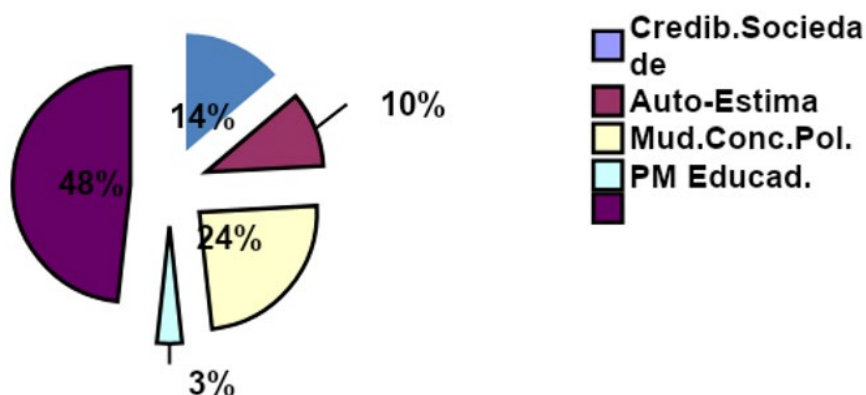
é um componente essencial no fortalecimento das relações comunitárias e na segurança, promoção da confiança na eficácia das forças de segurança.

- **Construção de uma Cultura de Prevenção:** A concordância substancial dos entrevistados em relação à eficácia do PROPM na redução da criminalidade infanto-juvenil sinalizando o sucesso do programa na construção de uma cultura de prevenção. Por meio de atividades educativas e de engajamento comunitário, o PROPM ajudou a formar uma geração mais consciente de seus direitos e deveres, menos inclinada a se envolver em atividades criminosas.
- **Integração do PROPM com Estratégias Mais Amplas:** Uma eficácia do PROPM em reduzir a criminalidade também sugere uma integração eficaz do programa com estratégias de segurança mais amplas pela 4ª CIPM. A colaboração entre diferentes programas e abordagens é essencial para garantir uma abordagem holística da segurança pública, onde a prevenção e a educação se unem ao policiamento tradicional para criar um ambiente seguro e saudável.

Em conclusão, os resultados da pesquisa sublinham o impacto positivo do PROPM na redução da incidência criminal em Lábrea, destacando o programa como um modelo eficaz de intervenção preventiva e educativa na segurança pública. Estes resultados reforçam a necessidade de continuar e expandir programas semelhantes.

h) Avanços proporcionados pelo PROPM na tropa da 4ª CIPM

Gráfico 9 - Avanços proporcionados pelo PROMP na tropa da 4ª CIPM - 2012.



Fonte: O Autor

A implementação do Programa Pelotão Mirim (PROPM) pela 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) em Lábrea obteve avanços significativos, não apenas

na comunidade, mas também dentro da própria corporação. A análise das respostas dos entrevistados revela transformações importantes na percepção e na atitude da tropa da PMAM.

- Retorno da Credibilidade e Autoestima: Dos entrevistados, 48% destacaram o retorno da resposta da corporação, o aumento da autoestima dos policiais, a consolidação de uma nova imagem de educador social e a correção de atitudes como os principais avanços observados. Esses fatores são cruciais, pois indicam uma recuperação da confiança pública na PMAM e um fortalecimento da autoimagem dos policiais, aspectos fundamentais para a eficácia do policiamento comunitário.
- Mudança do Conceito da Polícia Militar: Cerca de 24% dos entrevistados entrevistaram a mudança do conceito da Polícia Militar entre a comunidade. Esta mudança reflete um novo entendimento do papel da polícia, passando de uma força exclusivamente repressiva para uma entidade mais orientada para a educação e o envolvimento comunitário, o que é crucial para o estabelecimento de relações de confiança e cooperação entre a polícia e os cidadãos.
- Retorno da Credibilidade Social e Autoestima Policial: Além disso, 14% dos entrevistados notaram um retorno da compensação social da PMAM, enquanto 10% destacaram um aumento na autoestima dos policiais. Estes aspectos indicam um reconhecimento crescente do valor e da importância do trabalho policial na comunidade, bem como um sentimento de orgulho e realização entre os membros da corporação.
- Policial Militar como Educador: Interessantemente, 4% dos entrevistados apontaram para o papel emergente do policial militar como educador. Este aspecto ressalta a evolução do papel do policial, alinhando-se com os objetivos educacionais e preventivos do PROPM, e demonstra o compromisso dos policiais em contribuir para vivamente para o bem-estar social e educacional da comunidade.

Esses resultados indicam que o PROPM teve um impacto profundo não apenas em

termos de prevenção da criminalidade e educação juvenil, mas também na transformação interna do próprio PMAM em Lábrea. A mudança de atitude e percepção dentro da corporação é um reflexo direto da eficácia do programa e do seu papel na promoção de uma abordagem mais integrada e humanizada da segurança pública.

- Impacto Interno e Externo da PMAM: O fato de que a PMAM em Lábrea conseguiu encontrar maneiras de ajudar a comunidade (externamente) e se auto-ajudar (internamente) é um indicativo da eficácia e do valor agregado do PROPM. A mudança nas ações e na mentalidade da tropa demonstra uma evolução significativa na forma como a polícia se relaciona com a sociedade e como percebe seu próprio papel dentro dessa sociedade.
- Perspectiva dos Pais e Responsáveis e do Corpo Docente: As percepções dos pais e responsáveis, bem como do Corpo Docente do PROPM, corroboram essas transformações, destacando o PROPM como um acontecimento para o desenvolvimento de uma cultura de policiamento mais positiva, proativa e orientada para uma comunidade. Este ponto de vista externo reforça a importância do programa não apenas para os beneficiários diretos (como crianças e adolescentes), mas também para a melhoria das relações entre a polícia e a comunidade como um todo.

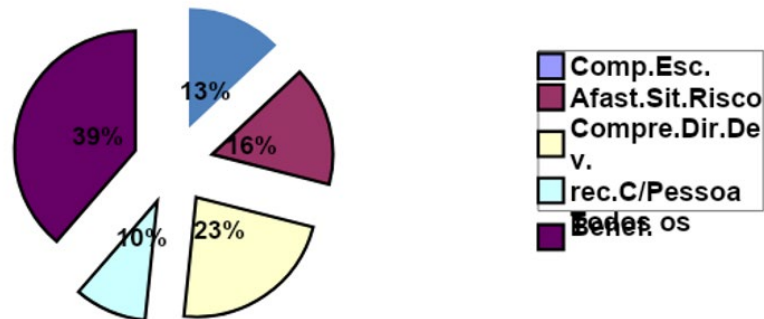
Ao considerar o impacto do PROPM sob a perspectiva dos pais, responsáveis e educadores, fica evidente que o programa conseguiu estabelecer uma imagem mais positiva e construtiva do PMAM, promovendo uma maior compreensão e avaliação do trabalho policial. Este aspecto é essencial, pois a percepção pública positiva é um componente crucial para o sucesso das operações policiais e para a eficácia das iniciativas de segurança pública.

Em resumo, o PROPM da 4ª CIPM demonstrou ser uma ferramenta poderosa não apenas na prevenção do crime e na educação juvenil, mas também como um meio de transformação interna da corporação policial. Os avanços percebidos na tropa, como aumento da renovação, autoestima, mudança de conceito e adoção do papel de educador, refletem uma abordagem mais inclusiva e positiva na execução de suas funções. Essas mudanças, por sua vez, têm um impacto direto na eficácia do trabalho policial na

comunidade, reafirmando o PROPM como um modelo exemplar de colaboração comunitária e policiamento preventivo.

i) Outros benefícios trazidos pelo PROPM aos alunos.

Gráfico 10 - Benefícios trazidos.



Fonte: O Autor.

Uma análise detalhada dos benefícios adicionais fornecidos pelo Programa Pelotão Mirim (PROPM) da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) aos alunos em Lábrea revela um espectro amplo de impactos positivos. A expansão do questionário para abordar uma variedade de fatores que afetam crianças e adolescentes na região estudada em *insights* importantes.

- Benefícios Múltiplos Identificados pelos Respondentes: Segundo os dados encontrados, 38% dos entrevistados consideraram que o PROPM ofereceu benefícios diversos, incluindo complemento escolar, afastamento de situações de risco, compreensão ampliada sobre os direitos e deveres do cidadão, e o reconhecimento de valores individuais. Esses resultados destacam a eficácia do programa em abordar as necessidades multifacetadas dos jovens, indo além da prevenção do crime para contribuir significativamente para o seu desenvolvimento integral.
- Compreensão sobre Direitos e Deveres do Cidadão: Um percentual expressivo de 23% dos participantes da pesquisa focou na compreensão sobre direitos e deveres do cidadão como um dos principais benefícios do PROPM. Este aspecto ressalta a importância do programa na educação cívica, preparando os jovens para serem cidadãos informados e responsáveis.

- **Afastamento de Situações de Risco:** Cerca de 16% dos entrevistados observaram o afastamento de situações de risco como um benefício direto do PROPM. Este dado é particularmente relevante, pois indica o sucesso do programa de proteção dos jovens contra influências e ambientes ambientais.
- **Complemento Escolar:** A contribuição do PROPM para o complemento escolar foi reconhecida por 13% dos entrevistados, sublinhando a integração do programa com o sistema educacional e seu papel no reforço da aprendizagem e desenvolvimento acadêmico dos alunos.
- **Reconhecimento de Valores Individuais:** Finalmente, 10% dos participantes valorizaram o reconhecimento de valores individuais como um benefício crucial do PROPM, diminuindo o impacto do programa na formação da identidade e autoestima dos jovens.

A análise e interpretação desses dados confirmam que o PROPM foi muito além de um mero programa de prevenção ao crime. Ele emergiu como uma iniciativa abrangente que contribuiu significativamente para o desenvolvimento social, educacional e ético dos jovens em Lábrea. Uma variedade de benefícios relatados pelos participantes da pesquisa demonstram a eficácia do PROPM em fornecer um suporte holístico aos alunos, abordando não apenas as questões de segurança, mas também promovendo o seu crescimento como indivíduos e membros da comunidade. A implementação do PROPM, portanto, representa uma abordagem inovadora e eficiente na educação e na formação de jovens, evidenciando seu papel crucial na construção de uma sociedade mais segura e equilibrada.

Levando-se em consideração os dados coletados através das entrevistas realizadas nos órgãos diretamente ligados à segurança pública em Lábrea, foi possível verificar o seguinte:

Na entrevista padronizada, obtivemos resultados importantes, tanto para comprovar a legalidade da ação da 4ª CIPM, quanto para ter uma ideia da razão porque programas sociais como o do PROPM na corporação são tratados com tanta indiferença, descaso e desprezo.

O Comandante da 4ª CIPM, dos anos de 2011 a 2013, além de estar entusiasmado

em dar continuidade ao programa, afirmou que sua ampliação deve ocorrer na forma de “parcerias”, dando-se ênfase às formas socioeducativas. Também concordou de imediato quanto à questão do programa ser estendido na PMAM como modelo padrão de prevenção social, dizendo: “Sim, a Polícia Militar em sua missão constitucional de prevenção contra o crime e a violência, tem nos programas sociais como o Pelotão Mirim de Lábrea a certeza da redução da criminalidade urbana através de ações verdadeiramente preventivas com origem na educação”.

O Promotor de Justiça do Estado do Amazonas em Lábrea, que durante os anos de 2011 a 2013 acompanhou as atividades do 4ª CIPM, reconheceu que o PROPM buscou na formação da criança e do adolescente principalmente a construção de uma consciência crítica, como cidadão, tornando-as multiplicadoras do conhecimento repassado.

Fez várias menções quanto ao engrandecimento moral e intelectual dos participantes que, segundo sua análise, se estendeu à família e à comunidade.

Observou-se que os investimentos de ordem financeira e material não satisfazem aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, reforçando a ideia de que a previsão no orçamento da PMAM visando dirigir verbas para manutenção do PROPM. Seu ponto de vista reforça a ideia da obrigatoriedade da previsão orçamentária para serviços sociais na PMAM.

Os investimentos de ordem moral foram destacados como pontos relevantes e que seguem as diretrizes determinadas pela Lei n.º 8.059/90 (ECA).

Afirmou ainda que as orientações feitas pelos instrutores da PMAM consolidam no menor uma conduta cívica, responsável e humanística, tornando-o motivo de orgulho no seio da sua família sendo exemplo e modelo para todos os outros jovens labrenses.

O entrevistado mostrou estar convicto de que a contribuição da 4ª CIPM na formação para a cidadania e contribuição para a diminuição da criminalidade e da evasão escolar são os pontos fortes do programa ao comentar:

A consciência de o que é ser cidadão foi o maior avanço trazido pelo programa a seus participantes. Constata-se a diminuição da evasão escolar, do índice de criminalidade, infanto-juvenil e a recuperação de menores infratores ou sob risco social,..., O programa Pelotão Mirim tornou-se uma realidade com a qual o Ministério Público passou a contar como alternativa eficaz no combate, reversão e prevenção da criminalidade infanto-juvenil. Na medida em que é identificada a criança ou adolescente com problemas dessa natureza, busca-se integrá-la a um dos programas sociais ditos “oficiais” por contarem com recursos próprios, como o Agente Jovem, p.ex., ou outros, mantidos graças à iniciativa de seus indicadores.

Na medida em que o programa Pelotão Mirim vem demonstrando resultados satisfatórios no alcance de suas metas, é completamente viável o projeto de extendê-lo a outras comarcas, inclusive a própria Capital do Estado.

O entrevistado confirmou que a interação de menores e o Policial Militar fez com que se estabelecessem alterações de relacionamento contribuindo para o restabelecimento da imagem do Policial Militar, desmistificando a ideia de que a Polícia é desumana e violenta. Observou ainda a mudança dos milicianos com o trato de menores no Município de Lábrea.

O Promotor de Justiça em Lábrea, também disse que enxerga no PROPM um instrumento de grande valia para a prevenção de atos infracionais e para a consolidação da imagem positiva da Polícia Militar junto ao seio da comunidade. Disse mais: *“A Polícia Militar vem satisfazendo em vários aspectos a Lei n.º 8.059 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, visto que faz sua parte”*(grifo nosso). Menciona que o programa deve ser um exemplo a ser seguido por outras instituições, sejam elas oficiais ou não.

Sobre a baixa da incidência criminal infanto-juvenil no Município de Lábrea, comentou não possuir dados estatísticos, considerando o período de 02 anos insuficiente para a conquista de resultados a curto prazo. Afirmou que a manutenção, a médio e a longo prazo, podem concorrer positivamente desde que aplicados com bases na educação e com apoio pedagógico. Considerou que é a melhor forma de “disseminar” um pensamento sadio no seio da juventude, que por sua vez passará a expressar suas ações dentro das noções adquiridas dentro da corporação. Ainda sobre a mesma questão, fez questão de enfatizar: “Certamente o legado do pelotão mirim é a educação de crianças e adolescentes que, no futuro, passarão a disseminar no seio da sociedade os ensinamentos promissores que lhes foram assimilados”.

Quando abordado sobre a possibilidade do PROPM representar mudança no

comportamento de crianças e adolescentes infratoras ou sob risco social, respondeu negativamente, pois considerou que a modificação efetiva do comportamento de crianças e adolescentes em conflito da lei ou sob risco social depende efetivamente de trabalho contínuo multidisciplinar, envolvendo psicólogos, assistentes sociais, pedagogos. Não considerou a pergunta como sendo um “objetivo do programa”. Sua resposta tem de ser levada a sério pois realmente a Polícia Militar não conseguirá fazer tudo sozinha, seu papel é limitado e depende de outros profissionais para modificar integralmente o comportamento de um menor infrator. A participação da PMAM seria no rastreamento, identificação e o emprego de medida provisória ou acessória contra o problema do menor infrator, especificamente.

Considerou o PROPROM um modelo piloto, uma filosofia de trabalho, possível de ser adotado nas unidades da Polícia Militar do Amazonas, na forma de ação de prevenção de infrações infanto-juvenis, na socialização e no treinamento para o exercício da cidadania, dizendo:

Tenho convicção que o programa atinge os objetivos institucionais da Polícia Militar do Estado do Amazonas e colabora com a formação psicopedagógica de crianças e adolescentes, razão pela qual entendo dever ser adotado como modelo. Entretanto, a prevenção de infrações e a ressocialização de infratores dependem de outros aspectos que não se coadunam com os objetivos institucionais da PM.

Contudo para infrações graves e infratores de péssima conduta social não podemos contar com o programa, pois seus objetivos não se inserem neste fim.

Sob a ótica do Ministério Público, entendo que o modelo é muito bom, não merecendo quaisquer adaptações ou reparos sob o ponto de vista da minha Instituição.

A sociedade vislumbra no programa um exemplo de intervenção estatal positiva e de grande valia para a formação de jovens. Sob este prisma entendo ser o programa uma boa vitrine para a imagem institucional da PM e um excelente mecanismo de formação de bons cidadãos. Deve ser mantido e se possível copiado e ampliado por outros comandos, assim o digo, sem sombras de dúvidas.

Comentou sobre os níveis de normalidade que a PMAM esta inserida quando o assunto é “Abuso de Autoridade” praticada contra menores, mostrando-se satisfeito com as ações atuais da 4ª CIPM.

Finalizou a entrevista assegurando que o programa é importante para a formação psicopedagógica de crianças e adolescentes, afastando a ideia de ressocialização (pelo menos na atualidade). Diz que a atuação é satisfatória, apesar de no Brasil outros órgãos terem a atribuição e a técnica para atuar na área do menor, mas como são “omissos”, compreende que a PMAM suplemente-o no mínimo possível. Sobre o exercício de cidadania

reconheceu que a 4ª CIPM “preenche uma lacuna que o sistema educacional ordinário deixou de fazê-lo odiosamente, haja vista a extinção de disciplinas vitais para esse fim, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil”.

Esta pesquisa procurou abranger o maior número de pessoas que tiveram experiências com o PROPm, durante os anos de 2011 a 2013 que, de uma forma participativa direta e indireta, trabalharam em Lábrea e apreciaram o programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise aprofundada, cruzamentos de dados, e avaliação das experiências dos participantes diretos e indiretos do Programa Pelotão Mirim (PROPOM) da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar (4ª CIPM) em Lábrea/AM, surgem várias comprovações cruciais. O PROPOM destacou-se como uma iniciativa de valor social significativo, promovendo eficazmente a socialização e o exercício da cidadania entre crianças e adolescentes. Notavelmente, ele contribuiu para estreitar os laços entre a Polícia Militar e a comunidade, respeitando o cumprimento dos preceitos legais. O programa induziu uma transformação comportamental notável nos Policiais Militares, impulsionando uma reflexão profunda e uma revisão de conceitos sobre polícia preventiva, cidadania, ética, educação e o papel da comunidade.

A constância e a eficácia do PROPOM em Lábrea o qualificam como um modelo viável e legal de polícia preventiva infanto-juvenil, evidenciando a necessidade de sua institucionalização como padrão na corporação. Este estudo inicialmente buscou realizar uma avaliação jurídica do PROPOM em Lábrea para identificar cada fundamento jurídico de suas ações comunitárias. Os resultados confirmam a legalidade, correção e inserção das ações da 4ª CIPM dentro de uma filosofia comunitária e humanística.

Quanto aos métodos aplicados pela 4ª CIPM, ficou evidente a eficácia do processo educacional direcionado a crianças e adolescentes, refletindo-se na redução da criminalidade infanto-juvenil em Lábrea. Contudo, a Polícia Militar do Amazonas parece ainda não ter plena consciência da magnitude e da importância do PROPOM, tanto para a comunidade de Lábrea quanto para o Estado como um todo.

Para melhorar a qualidade do programa, é necessário que todo o Quadro Docente passe por capacitação profissional contínua, reforçando suas bases pedagógicas. Além disso, a atualização jurídica dos Oficiais da PMAM é fundamental para integrar o trabalho do PROPOM no cotidiano das unidades. O PROPOM deve ser visto não apenas como uma iniciativa social preventiva ou como um projeto de sustentação política, mas como uma rotina inerente às obrigações legais da ação policial.

A necessidade de um planejamento orçamentário específico no PMAM para

programas preventivos educacionais é evidente. A corporação ainda depende de iniciativas particulares, negligenciando sua responsabilidade legal e social para com as crianças e adolescentes.

É fundamental estabelecer espaços temáticos para discussão técnicas sobre o atendimento ao público infanto-juvenil, com uma equipe administrativa e técnica dedicada exclusivamente à implementação de políticas educacionais focadas na autodefesa desse público.

As parcerias condicionais entre a Polícia Militar e a comunidade em Lábrea, apesar de insuficientes, representam o ponto forte do programa, com potencial de expansão através do apoio ao poder público, organizações não governamentais e outras organizações.

Portanto, é crucial que a filosofia de trabalho, os métodos, o currículo, a organização e a estrutura adotadas pelo PROPM em Lábrea sejam legalmente reconhecidos como modelo padrão de prevenção policial. Este modelo deve ser considerado para expandir a demais unidades da PMAM, envolvendo a proteção integral de crianças e adolescentes no Estado.

Por fim, recomenda-se que o comando do PMAM avalie cuidadosamente as adaptações sugeridas neste estudo antes de implementar o modelo em outras unidades, garantindo que as melhorias e inovações propostas sejam integradas e sustentáveis.

Esta avaliação e implementação de cuidados são essenciais para garantir que o modelo do PROPM seja adaptado de forma eficaz e adequado às diversas realidades e necessidades de outras unidades da Polícia Militar do Amazonas. É crucial que cada adaptação considere as particularidades locais e os desafios específicos de cada comunidade, permitindo que o modelo seja não apenas replicado, mas também aprimorado e enriquecido com base nas experiências e lições aprendidas em Lábrea.

Além disso, para maximizar o impacto e a eficácia do PROPM, é importante promover uma colaboração contínua entre a Polícia Militar, as autoridades educacionais, as organizações da sociedade civil e outras partes interessadas relevantes. Essa abordagem colaborativa e interdisciplinar pode enriquecer o programa com diferentes perspectivas e recursos, fortalecendo seu papel na promoção da segurança, educação e bem-estar social.

Outro aspecto fundamental é a necessidade de avaliação e monitoramento contínuo do PROPM. Isso envolve uma coleta e análise de dados sobre o desempenho do programa, o impacto nas comunidades e as percepções dos participantes e beneficiários. Essa abordagem baseada em evidências permitirá ajustes e melhorias constantes, garantindo que o PROPM continue a evoluir e a atender de forma eficaz às necessidades emergentes das crianças, adolescentes e comunidades que atendem.

Finalmente, para garantir a sustentabilidade e o crescimento do PROPM, é imperativo buscar fontes de financiamento benéficas e diversificadas. Isso pode incluir o apoio do governo, parcerias com o setor privado e colaborações com organizações não governamentais. Uma base financeira sólida e diversificada permitirá que o PROPM expanda suas atividades, desenvolva novos projetos e continue a fazer uma diferença significativa na vida das crianças e adolescentes no Amazonas.

Concluindo, o PROPM da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar em Lábrea declarou ser um modelo inovador e eficaz de prevenção policial e engajamento comunitário. Suas práticas e abordagens, se bem renovadas e adaptadas, têm o potencial de transformar significativamente a relação entre a polícia e a comunidade em todo o Estado do Amazonas, contribuindo para a criação de um ambiente mais seguro, educativo e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Normatização da documentação no Brasil. Rio de Janeiro: 1990.

AZEVEDO, Eurico de Andrade; ALEIXO, Délcio Balestero; FILHO, José Emmanuel Burle. Hely Lopes de Meireles e o Direito Administrativo Brasileiro. 28.e. São Paulo: Malheiros, 2003.

BALTHA, Ana Neize. Polícia Militar, infância e Adolescência: Um trabalho de inter-relação preventiva. Monografia. (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – “Lato Senso”). Academia Policial Militar “Sem. Arnon de Mello”. Alagoas, 1996.

BARROS, José Bartolomeu. Formação para docência do Ensino Superior: Filosofia da educação. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA – FEJAL – CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE MACEIÓ CESMAC – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CISE. Alagoas. 2004.

BETTELHEIM, Bruno. Uma vida para seu filho: Pais bons o bastante – Ajude a seu filho a ser a pessoa que ele deseja; obra traduzida. SARDINHA, Maura; GEORDANE, Maria Helena. 16. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal Anotada. São Paulo: SARAIVA, 2001.

CERQUEIRA, Carlos Magno; PRADO, Geraldo Nazareth. A polícia diante da infância e da juventude: infração e vitimização, COLEÇÃO POLÍCIA AMANHÃ DO INSTITUTO CARIOCA DE CRIMINOLOGIA – FUNDAÇÃO FORD, única ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1990.

CONTRIN, Gilberto. Fundamentos da filosofia: Histórias e Grandes Temas. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, Ana Rita Firmino *et al.* Orientações Metodológicas para Produção de Trabalhos Acadêmicos. Maceió: Edufal, Gráfica da UFAL, 2002.

COSTA, Antônio Fernando Gomes da. Guia para elaboração de Monografias – relatórios de pesquisa: trabalhos acadêmicos, trabalhos de iniciação científica e dissertações. 3.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CURY, Mucir. *et al.* Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 6.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DA ROCHA, Prof. Antônio Jeremias Tavares, Apostila e assentamentos da disciplina Metodologia da Pesquisa Científica (MPC), Academia de Polícia Militar “Sen. Arnon de Mello”, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Maceió: Seção de Meios, 2004.

DE OLIVEIRA, Marta Kohl; *V et alii.* Piaget, Vygtsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 1.e. São Paulo: Summus, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa: Séc XXI. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, Ozório José de Menezes; BARBOSA, Walmir de Albuquerque; MELO, Sandro Nahmias. Normas para elaboração de Monografias, Dissertações e Teses. Manaus: UEA, 2005.

FURASTÊ, Pedro Augusto; Normas técnicas para o trabalho científico, que todo mundo pode saber, inclusive você: Explicações das Normas da ABNT – II. 11. ed. Porto Alegre: Ida Rossi/DactiloPlus, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Clara de Azevedo Garcia. A importância da criação de núcleo temático da criança e do adolescente, na Polícia Militar do Estado de Alagoas. 112f. Monografia.(Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – “Lato Senso”). Academia Policial Militar “Sem. Arnon de Mello”. Alagoas, 1999.

KANFER, Frederick H.; PHILLIPS, S.Jeane. Os princípios da aprendizagem na terapia comportamental- abordagem Comportamental e Paradigmas de Aprendizagem, tradução supervisionada pela Dr^a Thereza Pontual de Lemos Mettel. 2.vol. São Paulo: Pedagógica, 1974.

LANCETTI, Antônio. Assistência Social e Cidadania. única ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA JÚNIOR, Amaro de. Polícia Militar de Roraima: A Ação Policial Militar na área da Criança e do Adolescente. 2000. 75f. Monografia.(Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – “Lato Senso”). Academia Policial Militar “Sem. Arnon de Mello”. Alagoas, 2000.

LIPPI, Valéria Martins; Siebert, Célia. Amazonas Geografia: FTD, 2001.

MONTEIRO, Gilson, Guia para a elaboração de projetos, trabalhos de conclusão de cursos (TCCs), dissertações. 1. ed. São Paulo: EDICON, 1998.

OLIVEIRA, Juarez de. Constituição da República Federativa do Brasil. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. Gestão-Cidadã: Ações estratégicas para a participação social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PFROMM NETTO, Samuel. Psicologia da Adolescência, 4. ed, São Paulo: Pioneira, 1974.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; BERNARDO, Jablonski. Psicologia Social. 19.ed. Petrópolis/RJ:Vozes, 2000.

SANTOS, Erivan de Lima. Criação de um Núcleo de Agregação de Menores de Rua à Polícia Militar. 1995. 61 f. Monografia.(Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – “Lato Senso”). Academia Policial Militar “Sen. Arnon de Mello”. Alagoas, 1995.

SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública na ordem constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *et alii.*, Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática, 1.ed. São Paulo: Veras, 2001.

TYLER, Ralph Winfred. Princípios básicos de currículo e ensino; tradução de VALLANDRO, Leonel. 1.ed.original. Porto Alegre: Globo, 1974.

VALENTIN, Andréas. Os contrários: A celebração da rivalidade dos Bois-bumbás de Parintins. DISSERTAÇÃO. Niterói: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2004.

ZAJONE, Roberto B, Social Psychology: An Experimental Approach (Psicologia Social: Do Ponto de Vista Experimental); BORI, Carolina Martuscelli. Obra traduzida, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO(USP), 1. ed. São Paulo: Herder, 1972.

CONSELHO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, Estatísticas do Amazonas, Disponível em: <<http://www.rebia.org.Br/estatística/am130340.htm>>, acesso em 15 abr. 2023.

COMP. Construtivismo em vygotsky. Disponível em: <<http://www.comp.ufla.br/>>. Acesso em 15 abr. 2023.

COMP. Construtivismo Piaget. Disponível em:<<http://www.comp.ufla.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

COMP. Obras de Wallon. Disponível em: <<http://www.comp.ufla.br/>>. Acesso em 15 abr. 2023.

IBGE. Censo demográfico do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/> > no quadro sobre Censo Demográfico 2004, acesso em 15 abr. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS “ANÍSIO TEIXEIRA”. Exibidor de dados das escolas brasileiras, Disponível em:<<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em 15 abr. 2023.

SITE TERRA. PESQUISA POPULACIONAL . Disponível em: <<http://www.terra.com.br/eleicoes2004/>>. Acesso em 15 abr. 2023.

SIGUEIRA, Maria Dilma. A vida escorrendo pelo ralo: as alternativas de existência dos meninos de rua.. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielobrasil.com.br/>>. Acesso em 15 abr. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS. Artigo sobre a criança e o adolescente no Amazonas. Disponível em: <<http://www.mp.am.gov.br/> >artigo de Antônio Nunes Lopes. Promotor de Justiça, Disponível no quadro sobre Criança e do Adolescente, Acesso em 15 abr. 2023.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. Departamentos. Disponível em: <<http://www.pm.am.gov.br/>>, acesso em 15 abr. 2023.

RODRIGUES, Nelson. Educação e Sociedade. Disponível em:<<http://www.scielobrasil.com.br/>>, acesso em 15 abr. 2023.

Sobre os Autores

Juan Pablo Moraes Morillas

Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA, 2018; Especialização em andamento em Pós-Graduação em Direito Militar. Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil (2015); Especialização em andamento em Pós-graduação em Direito Tributário. Universidade Anhanguera Uniderp (2014); Especialista em Curso de Pós-graduação Lato Sensu Segurança Pública e Inteligência. UNICEL Faculdade Literatus, UNICEL (2014); Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA, (2012). Graduado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas (2005). Atualmente é Tenente-Cel QOPM (Oficial da Polícia Militar) - Polícia Militar do Estado do Amazonas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Segurança Pública.

Fábio Pacheco da Silva

Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior (IDAAM/Gama Filho) (2009); Pós-Graduado em Segurança Pública (Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello - PMAL/Alagoas) (2009); Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (2008); É Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Amazonas. Tem experiência na área de Ensino e Direito, com ênfase em Segurança Pública.

Ailton Luiz dos Santos

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA – Universidade do Estado do Amazonas. Especialista em Gestão Pública aplicada à Segurança pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Especialista em Direito Administrativo pela Faculdade FOCUS. Especialista em Segurança Pública e Direito Penitenciário pela Faculdade de Educação, de Tecnologia e Administração – FETAC. Especialista

em Ciências Jurídicas pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Candido Mendes - UCAM. Possui graduação em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Bacharel em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID. Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Possui experiência na área de Direito, na fiscalização e gestão de contratos públicos, com ênfase em Segurança Pública.

Dilson Castro Pereira

Especialista em Direito Militar pela Universidade Cruzeiro do Sul – SP. Bacharel em Direito pela Universidade Cruzeiro do Sul. Bacharel em Segurança Pública pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Oficial da Polícia Militar do Estado do Amazonas, atuando principalmente nos seguintes temas: polícia comunitária; redução da criminalidade e política criminal; ronda escolar; defesa dos direitos humanos. Tem 14 (quatorze) anos de serviço em atividade militar. É autor e organizador de livros técnicos e acadêmicos.

José Ivan Veras do Nascimento

Especialista em Segurança Pública pela Facuminas Faculdade. Especialista em Planejamento Governamental e Orçamento Público pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM). Atualmente, se dedica a diversos cursos de formação complementar nas áreas de segurança pública e direito. Também é autor de diversos trabalhos acadêmicos nas áreas de segurança e administração pública. Atualmente é Sargento da Polícia Militar do Estado do Amazonas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3404-5066>.

Índice Remissivo

A

abordagem educacional 17
abordagem proativa 23
ação policial 12, 19, 22, 24, 47
aprendizagem 16, 42, 51
atos infracionais 44

B

bem-estar social 6, 8, 34, 39, 48

C

cidadania 6, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 23, 27, 28, 29, 35, 36, 43, 45, 47
cidadania responsável 8, 23
compreensão social 35
comunitário 31, 38, 39, 49
conscientização social 23
constitucionais 17, 18
construção 6, 8, 16, 17, 22, 24, 29, 31, 38, 42, 43
corporação policial 26, 40
crime 6, 8, 29, 33, 34, 40, 41, 42, 43

D

desenvolvimento 11, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 26, 29, 30, 34, 35, 36, 40, 41, 42
direitos civis 23

E

educação 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50
educação humanística 9
educativo 8, 11, 24, 49
estratégia 9, 11, 24, 25
estratégias 6, 8, 13, 17, 22, 31, 33, 38
exercício da cidadania 9, 16, 18, 23, 28, 29, 45, 47

F

ferramenta 34, 36, 40
ferramentas 6, 23, 32

I

ideologia 21, 22
incidência criminal 36, 37, 38, 44
inclusão 17, 25

inclusão social 17
intervenção educativa 36

J

juízo 21

L

leis 15, 17

M

meio social 14, 15, 35
missão da polícia 11, 17

O

operações policiais 40
ordem pública 11, 22, 23, 37

P

padrões culturais 14
papel da polícia 11, 17, 39
pedagógico 44
poder de polícia 15
policiais militares 12, 21, 22, 23, 24, 26
policial militar 12, 15, 16, 19, 21, 22, 39
políticas 17, 18, 33, 48, 51
práticas educativas 11, 16, 22
prevenção 6, 8, 10, 11, 15, 17, 24, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49
processo de cidadania 9
processo de socialização 14
processos exploratórios 24
processos pedagógicos 12

S

segurança 6, 8, 11, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38, 40, 42, 48, 51, 54
segurança pública 6, 8, 11, 19, 23, 24, 28, 32, 38, 40, 42, 51, 54
sistema 5
socialização 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 45, 47
sociedade 6, 8, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 29, 32, 34, 36, 37, 40, 42, 44, 45, 48
sucesso 26, 28, 31, 33, 34, 36, 38, 40, 42

V

valores éticos 36

violência 11, 14, 16, 18, 29, 43

vítimas 11



AYA EDITORA
2023

